

AIDH EM FOCO

O ESTADO DA ARTE

Conectando Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável e Tecnologia



ABRIL,
2024

CURITIBA,
PARANÁ,
BRASIL.

Garantir a equidade nas ações climáticas é essencial para proteger os mais vulneráveis e promover um futuro sustentável para as gerações presentes e futuras.



REVISTA AIDH EM FOCO O ESTADO DA ARTE

Conectando Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável e Tecnologia

CURITIBA - PARANÁ - BRASIL
2024

COORDENAÇÃO

Maria Tereza Uille Gomes

EQUIPE EDITORIAL

Cristina Viomar

Phamella Lorenzen

Rebeca de Aguiar Pereira Neves

ARTE E DIAGRAMAÇÃO

Mariane dos Santos Cardoso

AGRADECIMENTOS

Ao governador do Estado do Paraná e presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná, Carlos Massa Ratinho Junior, à vice-presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná e superintendente-geral de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná, Keli Cristina de Souza Gali Guimarães, ao deputado estadual Evandro Araújo, ao secretário de estado do Planejamento e Projetos Estruturantes do Paraná, Guto Silva, à professora Dra. Clarissa Bueno Wandscheer, da Universidade Positivo, aos alunos e docentes dos cursos de pós-graduação de Mestrado em Direito Profissional, Mestrado e Doutorado em Gestão Ambiental, da Universidade Positivo e a todas as instituições parceiras, expressamos nossa profunda gratidão pela colaboração e apoio contínuo em prol do desenvolvimento econômico, social e ambiental de nossa região.

 Instagram: @aidhoficial

 Email: aidh@aidh.org.br

 Site: www.aidh.org.br

SUMÁRIO

QUEM SOMOS?	05
AIDH EM CADERNOS OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030	09
PUBLICAÇÃO DA AIDH E UNIVERSIDADE POSITIVO EXPLORA A INTEGRAÇÃO ENTRE DIREITO, DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA	11
NAVEGANDO PELAS CORRENTES JURÍDICAS EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE	13
FACILITANDO O ENTENDIMENTO: DICIONÁRIO DE TERMOS AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS	14
A JORNADA DOS REFUGIADOS: ENTRE DIREITOS HUMANOS E NOVOS HORIZONTES	15
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: JUSTIÇA CLIMÁTICA, EMISSÕES DE CARBONO E A ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA	17
COLETÂNEA DE ATOS NORMATIVOS DA UNIÃO EUROPEIA: RUMO À REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA	19
MUNICÍPIO CARBONO ZERO: UM PROGRAMA PARA ESTABILIZAÇÃO CLIMÁTICA: RUMO A UM FUTURO SUSTENTÁVEL	21

PEABIRU CARBONO ZERO	27
1º INVENTÁRIO MUNICIPAL DE ESTOQUE DE CARBONO FLORESTAL	29
UNIVERSIDADE POSITIVO E AIDH TRANSFORMAM PEABIRU COM PROJETOS VOLTADOS AO AVANÇO DA AGENDA 2030	34
PLANEJANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: RELATÓRIO PPA 2022-2025 DE PEABIRU, PARANÁ	35
LEI MUNICIPAL: PEABIRU NA VANGUARDA DA LUTA PELO EQUILÍBRIO CLIMÁTICO	37
LEI ORDINÁRIA 21.208/2022 DECLARA O CAMINHOS DE PEABIRU COMO ROTA TURÍSTICA NO ESTADO DO PARANÁ	39
AIDH E PARCEIROS PROPÕEM PROGRAMA INOVADOR PARA MITIGAR MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO PARANÁ	41
AIDH EM MOVIMENTO	43
A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA MUNICÍPIO CARBONO ZERO	49

QUEM SOMOS?



A **Associação de Indicadores em Direitos Humanos para o Desenvolvimento (AiDH)** é uma entidade sem fins lucrativos que tem a missão de criar e sistematizar indicadores de direitos humanos, socioeconômicos e ambientais, bem como realizar análise de dados e produção de relatórios para promover efetividade nas ações de implementação de Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável.

Nossas sedes estão localizadas em Brasília, Distrito Federal, e em Curitiba, Paraná. Buscamos ativamente fortalecer a sociedade civil, monitorar metas governamentais - relacionadas aos Direitos Humanos - em conformidade com os princípios e diretrizes nacionais e internacionais.

Desde 2017, temos atuado em parceria com diversos setores - governo, academia, empresas e sociedade civil organizada - nas esferas nacional e internacional, realizando, também, ações empíricas, científicas, educacionais e culturais para promover a cidadania e a efetividade dos Direitos Humanos.

Temos como missão a promoção de uma transição climática justa, visando o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Neste mundo onde desafios complexos como a desigualdade, a exclusão social, os impactos climáticos e a injustiça persistem, nossa instituição vem desempenhando um papel crucial na liderança de projetos piloto de equilíbrio do sistema climático em municípios paranaenses, expandindo nossas atividades para outros municípios brasileiros.

Nossa instituição possui notória experiência na análise de dados e produção de relatórios sobre Direitos Humanos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas. Além disso, todas as produções são alinhadas aos pressupostos de ESG (Environmental, Social and Governance).

Além disso, nossa associação está alicerçada nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, nas diretrizes das Nações Unidas, no Acordo de Paris e na Constituição Federal Brasileira. Dessa maneira, reafirmamos nosso compromisso com a defesa dos direitos de todas as pessoas, independentemente de sua origem, raça, gênero, religião ou situação social.

Sabemos que as **parcerias desempenham um papel vital em nossa missão**. O compromisso conjunto, dedicação e expertise têm sido fundamentais para o sucesso de nossas iniciativas e para o impacto positivo que almejamos. Nesse aspecto, a AiDH celebrou Termos de Cooperação Técnica com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná (CEDES), com a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná (SEAB), com a Universidade Positivo e com o Instituto Clima, além de manter estreito diálogo com a Universidade Federal do Estado do Paraná (UFPR) com o intuito de investigar com maior profundidade a realidade dos municípios paranaenses.

Nossos trabalhos tiveram início em 2017, em parceria com a Universidade Positivo. Juntos, selecionamos o Município de Peabiru como modelo de estudo para pesquisas empíricas e científicas, principalmente aquelas com foco no ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima) e no ODS 1 (Erradicação da pobreza).

O projeto piloto, denominado “1º Inventário Municipal de Estoque de Carbono Florestal”, representa um marco significativo na busca pela sustentabilidade ambiental e pela gestão consciente dos recursos naturais. Ao mapear e quantificar o estoque de carbono nas florestas locais, esse projeto não apenas contribui para a preservação do meio ambiente, mas também abre portas para iniciativas de mitigação das mudanças climáticas e para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à conservação da biodiversidade, denotando mais um passo crucial em direção a um futuro mais verde e equilibrado para a comunidade de Peabiru e além.

Reconhecemos que um dos principais desafios na implementação da Agenda 2030, da ONU, reside na importância de mergulhar na realidade de cada cidade, dialogando com os gestores públicos e com a comunidade, a fim de colaborar para a eficácia das políticas públicas locais.

Além disso, a AiDH estimula e apoia fortemente acadêmicos e pesquisadores da graduação e pós-graduação no desenvolvimento de projetos inovadores voltados à melhoria da qualidade de vida da população e para o meio ambiente. Projetos estes que corroboram para publicações com efeitos práticos.

Desse modo, recebemos o convite do Governo do Estado, por meio do CEDES, para participação do encontro promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): **Missão ESG da OCDE 2024 ao Paraná**, e, temos a honra de apresentar esta revista, intitulada:

AIDH EM FOCO: O ESTADO DA ARTE



A revista **AiDH em Foco** é um espaço de encontro, divulgação e colaboração, na qual compartilhamos os principais projetos e publicações realizados com nossos parceiros.

Impulsionados pela aceleração na implantação dos ODS e pelos princípios de ESG, trabalhamos incansavelmente por uma **transição climática justa e para a conquista de um mundo mais sustentável e equitativo**. Nesta edição, apresentamos insights, perspectivas e projetos valiosos sobre Direitos Humanos, Desenvolvimento Sustentável e Tecnologia, visando fortalecer e ampliar nossa rede de parceiros comprometidos com uma agenda global de mudanças positivas.

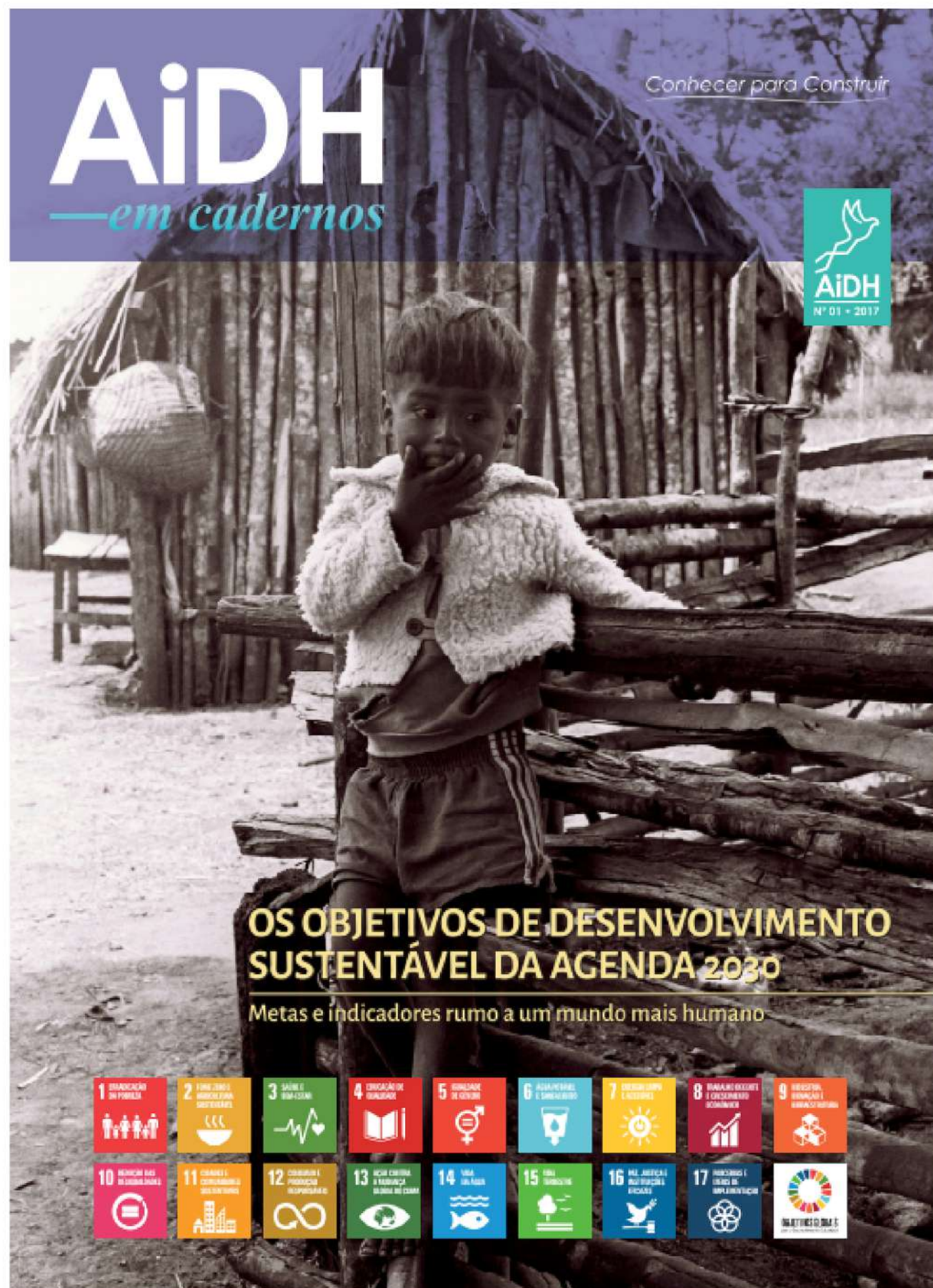
Convidamos você a juntar-se conosco nesta jornada em prol da dignidade, igualdade e justiça em todo o planeta para fazermos, de fato, a diferença significativa na vida das pessoas. Nossa revista é um chamado para o estabelecimento de conexões da comunidade de agentes de mudança comprometidos com os ODS, os princípios de ESG e com a justiça climática.

Seja muito bem-vindo à esta comunidade de transformadores. Juntos, certamente faremos a diferença!

Cordialmente,

Maria Tereza Uille Gomes

Presidente da Associação de Indicadores em Direitos Humanos para o Desenvolvimento (AiDH).



2017 | AiDH - EM CADERNOS OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030

Fruto de um esforço conjunto - visando impulsionar o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - a revista AiDH em Cadernos contou com o patrocínio da Itaipu Binacional, e com os apoios do Governo do Paraná e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Este caderno, contendo os 17 ODS e suas 169 metas globais, é amplamente distribuído em todos os municípios do Estado do Paraná e tem como objetivo primordial fomentar o planejamento estratégico de políticas públicas voltadas para a consecução dos ODS. Além disso, ele serve como um recurso essencial para a promoção de oficinas e fóruns temáticos, reunindo os diversos setores estratégicos da sociedade, com foco na elaboração de planos concretos que visam atingir as metas estabelecidas pela comunidade internacional junto às Nações Unidas.

Essa iniciativa representa um passo significativo na direção de uma abordagem holística e feita em parceria para o Desenvolvimento Sustentável, demonstrando o compromisso coletivo do setor público, privado e da sociedade civil de se trabalhar em prol de um futuro mais justo, equitativo e ambientalmente responsável.



2022 | PUBLICAÇÃO DA AIDH E UNIVERSIDADE POSITIVO EXPLORA A INTEGRAÇÃO ENTRE DIREITO, DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA

Em mais uma colaboração frutífera, entre a sociedade civil e academia, a AiDH e a Universidade Positivo publicaram uma obra de destaque, expandindo os horizontes da pesquisa acadêmica nas áreas de sistema de justiça e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Sob o título provocativo "Direito, Desenvolvimento e Tecnologia", essa obra é o resultado de uma parceria duradoura, que remonta ao ano de 2017, e vem sendo um catalisador para pesquisas pioneiras e de alta qualidade. Ao longo dos anos, essa colaboração tem se mostrado fundamental para explorar **questões cruciais que permeiam o campo jurídico e sua interseção com temas prementes como desenvolvimento sustentável e avanços tecnológicos.**

Neste trabalho, os autores repercutem sobre temas transversais de grande relevância, desde direitos humanos e direito ambiental até questões emergentes como direito e tecnologia, registros, cidades e comunidades sustentáveis, mudanças climáticas, ação contra a mudança global do clima, inventário de emissão de gases de efeito estufa e o acesso à justiça.

Ao abordar esses temas complexos e interconectados, a obra oferece percepções valiosas sobre como o sistema jurídico pode se adaptar e responder aos desafios do século XXI, ao mesmo tempo em que promove o Desenvolvimento Sustentável e a proteção dos Direitos Humanos em um mundo cada vez mais digitalizado e globalizado.

Com uma abordagem multidisciplinar e uma visão de futuro, "Direito, Desenvolvimento e Tecnologia" torna-se uma leitura essencial para estudiosos, profissionais do direito, formuladores de políticas públicas e todos aqueles interessados em explorar os cruzamentos vitais entre o direito, o desenvolvimento e a tecnologia.

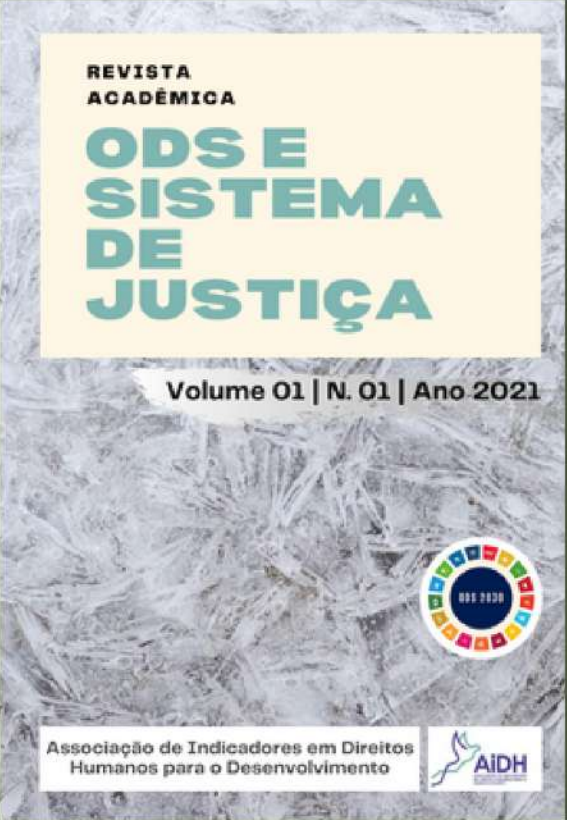


2021 | NAVEGANDO PELAS CORRENTES JURÍDICAS EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE

ODS e Sistema de Justiça nos leva a uma viagem pelo intrincado labirinto jurídico, em que **as leis se encontram com os desafios da sustentabilidade global**. Nesta edição especial, mergulhamos fundo na análise dos casos judiciais à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), apresentando uma investigação sobre temas que transcendem as paredes dos tribunais e revelam como as decisões legais podem moldar o futuro da sociedade e do nosso planeta, acerca dos mais variados assuntos tais como:

Segurança Alimentar e Direitos Humanos - Explorando as possibilidades de concretização do ODS 2; Coronavírus e a Cidade - Uma reflexão sobre a interseção entre a pandemia de coronavírus e os desafios urbanos; Combatendo a Lavagem de Capitais - Como a luta contra a lavagem de dinheiro pode ser um meio de cumprir os ODS; Monitoramento de Políticas Públicas - Uma análise dos dados públicos sobre óbitos durante a Covid-19 em relação à Agenda 2030; Fluxo Processual nos Processos de Femicídio - Uma análise do fluxo processual dos casos de feminicídio no estado do Paraná; e Mães Encarceradas - Uma pesquisa empírica sobre o tratamento processual dado às mães encarceradas.

Este compêndio representa uma contribuição significativa para a compreensão do papel do sistema judiciário na promoção dos ODS, com destaque para o ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes).




REVISTA
ACADÊMICA

ODS E SISTEMA DE JUSTIÇA

Volume 01 | N. 01 | Ano 2021

Associação de Indicadores em Direitos Humanos para o Desenvolvimento AIDH

ACESSE O PROJETO NA ÍNTEGRA:



MARIA TEREZA UILLE COMES (COORD.)
ANDRELIZE CUALITA DI LASCIO PARCHEN
CAROLINE CAVAGNARI TRAMUJAS
NILTON RIBEIRO DE SOUZA
RODRIGO JACOB CAVAGNARI
SILVIO RODRIGUES DOS SANTOS JUNIOR
THIAGO TIBINKA NEUWERT

DICIONÁRIO DE TERMOS AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

ACESSE O DICIONÁRIO NA ÍNTEGRA:



2021 | FACILITANDO O ENTENDIMENTO: DICIONÁRIO DE TERMOS AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Abrindo as portas para o vasto mundo dos termos jurídicos florestais, em mais um trabalho colaborativo, lançou-se o livro digital "**Dicionário de Termos Ambientais e Climáticos**".

Este dicionário, meticulosamente elaborado, é uma compilação de normas legislativas e administrativas nacionais e internacionais, ratificadas pelo Brasil, relacionadas as questões florestais, mudanças climáticas e tópicos afins. Criado para facilitar consultas rápidas e acessíveis, este recurso é uma ferramenta essencial para aqueles que transitam no campo da ciência florestal e ambiental, sejam eles estudiosos, profissionais ou entusiastas do meio ambiente e da climatologia.

2020 | A JORNADA DOS REFUGIADOS: ENTRE DIREITOS HUMANOS E NOVOS HORIZONTES

O refúgio é concedido a imigrantes com fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. Durante o processo de refúgio, pedidos de expulsão ou extradição são suspensos. A política de asilo, prevista no artigo 4º, da Constituição Federal, difere do refúgio, pois seus efeitos só ocorrem após a concessão, deixando o solicitante em situação de ilegalidade antes disso.

Por meio do **Manual dos Refugiados**, buscamos dar visibilidade às histórias dos refugiados, promovendo convivência e aprendizado cultural, em um contexto de paz e não violência.

Na teia complexa dos Direitos Humanos e das políticas de acolhimento, a trajetória dos refugiados ganha destaque como um dos desafios mais urgentes. Com a Agenda 2030 como bússola, almejamos promover uma sociedade mais justa e inclusiva, em que cada indivíduo possa encontrar um lar seguro e acolhedor.

A Revisão Periódica Universal (RPU), mecanismo essencial criado pela ONU, lança luz sobre o cumprimento das obrigações de Direitos Humanos nos países, desafiando-nos a encarar de frente as injustiças e desigualdades que persistem em nosso mundo. Com 246 recomendações da RPU, em 2017, o Brasil se vê diante de um chamado à uma ação inadiável.

Respondendo a esse chamado, a AiDH, em colaboração com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), dá um passo ousado com o Portal Interativo ODS x RPU. Este recurso pioneiro busca correlacionar as recomendações da RPU aos ODS, criando uma ponte entre direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

Mas a ação não para por aí. Mergulhamos fundo na causa, desenvolvendo uma cartilha de acolhimento para imigrantes e refugiados. Questões essenciais como solicitação de refúgio e acesso a direitos básicos são abordadas, oferecendo orientação e apoio para aqueles que buscam segurança em terras estrangeiras.

Em meio a esse cenário, surge uma voz inspiradora: Amr Houdaifa, o primeiro refugiado a obter título de mestre na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Originário da Síria, com 30 anos à época, Amr compartilhou sua jornada e percepções em um livro sobre direitos humanos para refugiados.


Sua história não apenas dá visibilidade aos desafios enfrentados pelos refugiados, mas também oferece orientações práticas e inspiração para autoridades e indivíduos em todo o mundo.

À medida que exploramos essas narrativas, buscamos não apenas compreender os desafios enfrentados pelos refugiados, mas também promover uma cultura de convivência e aprendizado cultural, construída sobre os pilares da paz e da não violência, tão enfatizados pelo ODS 16. Na interseção dos Direitos Humanos e da compaixão, encontramos a oportunidade de criar um mundo onde todos têm o direito de buscar um futuro seguro e digno.




Associação de Indicadores em Direitos Humanos para o Desenvolvimento - AiDH


CONFIRA ENTREVISTA NA ÍNTEGRA:



MANUAL DOS REFUGIADOS



ACESSE O MANUAL NA ÍNTEGRA:



Cartilha de orientações para refugiados (janeiro de 2020)
Foto: Diego Lacerda/Red Bull

CONTATO AiDH:
Fone: (41) 3095-9099
Email: atendimento@aidh.org.br
Site: <http://www.aidh.org.br/>



AiDH



Universidade
POSITIVO

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: JUSTIÇA CLIMÁTICA, EMISSÕES DE CARBONO E A ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA

2023 | OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: JUSTIÇA CLIMÁTICA, EMISSÕES DE CARBONO E A ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA

Nesta edição especial, mergulhamos fundo nos estudos de vanguarda sobre justiça climática e equilíbrio ecossistêmico, com foco no vibrante Município de Peabiru, no Estado do Paraná.

Com o apoio da AiDH, os artigos apresentados são frutos da disciplina "Sistema de Justiça e Responsividade", ministrada no renomado Programa de Mestrado Profissional em Direito, Tecnologia e Desenvolvimento, da Universidade Positivo, em que os alunos uniram forças em uma rede colaborativa de estudos.

Os resultados dessas incursões intelectuais não apenas enriquecem o conhecimento acadêmico, mas também oferecem insights valiosos para ações práticas, destacando a importância da colaboração interinstitucional.

Guiados pela ambiciosa Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os projetos abordam questões cruciais como a mudança climática e seus efeitos, energias alternativas, violência doméstica e gestão de resíduos sólidos. Além disso, lançam conceito inédito sobre a adicionalidade do mercado de carbono em benefício à erradicação da extrema pobreza.

Em destaque está o Programa Município Carbono Zero, um marco inovador que busca transformar não apenas a paisagem ambiental, mas também a realidade socioeconômica da região. Por meio de pesquisas empíricas e descobertas revolucionárias, se pavimenta o caminho para um futuro mais sustentável e inclusivo para Peabiru, podendo servir de exemplo para outros municípios brasileiros e, inclusive, para outras regiões do mundo.

ACESSE OS ARTIGOS NA
ÍTEGRA:



2023 | COLETÂNEA DE ATOS NORMATIVOS DA UNIÃO EUROPEIA: RUMO À REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA

O trabalho oferece uma visão abrangente da política europeia de redução de emissões de GEE, fundamentada em fontes confiáveis e autorizadas.

Fruto da parceria entre a AiDH, o Instituto Clima e a Universidade Positivo, nasceu uma obra de referência essencial, a **Coletânea de Atos Normativos da União Europeia: Emissões de Gases de Efeito Estufa**.

Esta coletânea monumental **visa reunir legislações e documentos emitidos pelo Conselho e Parlamento europeus que moldam o quadro legal das metas de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE) na Europa**. Com um foco incisivo no combate às mudanças climáticas, esta obra é uma fonte indispensável para quem almeja entender o arcabouço jurídico que sustenta as políticas ambientais na região.



Este compêndio não apenas atende às necessidades de pesquisas acadêmicas, mas também serve como um guia prático para estudantes de direito, profissionais do setor e todos os interessados na temática. Ao oferecer uma visão detalhada das leis e documentos relacionados à redução das emissões de GEE na União Europeia, esta obra visa promover um entendimento mais amplo e aprofundado dessa questão premente, contribuindo assim para um futuro mais sustentável e resiliente para todos.

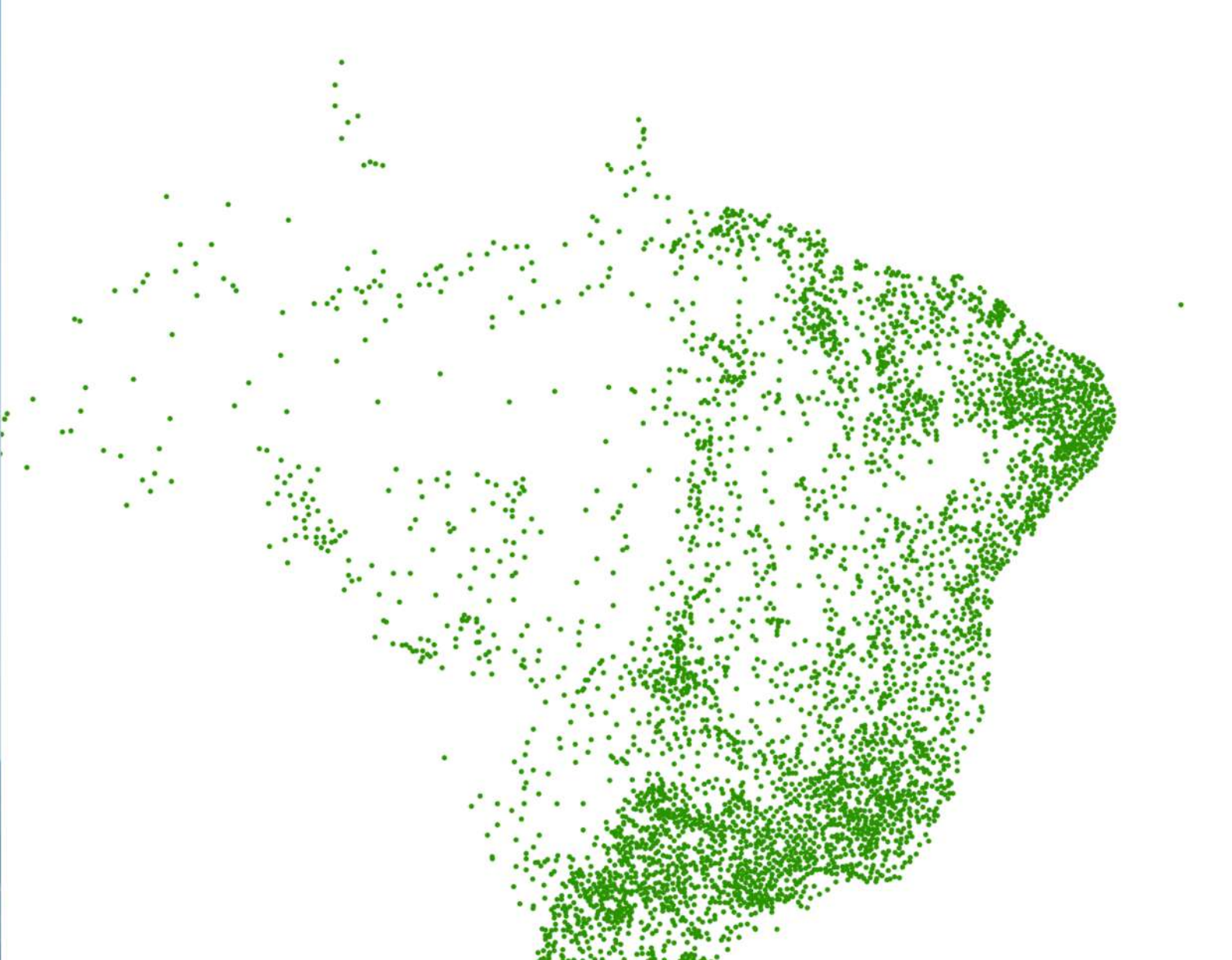




PROGRAMA

MUNICÍPIO
CARBONO ZERO

WWW.MUNICIPIOCARBONAZERO.COM.BR



UM PROGRAMA PARA ESTABILIZAÇÃO CLIMÁTICA: RUMO A UM FUTURO SUSTENTÁVEL

Na busca por **soluções concretas** para os desafios climáticos que afetam o nosso planeta, surge um novo protagonista: o Programa Município Carbono Zero (PMZero). Com o objetivo de potencializar ações locais e promover políticas voltadas para a estabilização do sistema climático, esse programa ganha destaque ao alinhar-se com a Agenda 2030, com as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) do Brasil e com os princípios de ESG (Environmental, Social and Governance).

Inicialmente concentrado na esfera florestal, o programa tem ampliado suas operações para abranger os cinco setores fundamentais identificados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), os quais são: LULUCF, Indústrias, Energia, Agropecuária e Serviços. Essa expansão reflete o compromisso em abordar diversas facetas das mudanças climáticas e promover uma resposta integrada e abrangente.

ESTRUTURA DE IMPLEMENTAÇÃO SÓLIDA E ESTRATÉGICA:

Coordenado pelo Instituto Clima e apoiado pela AiDH, conta com um Conselho Deliberativo composto por importantes instituições como a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e pela Confederação dos Notários e Registradores (CNR), tendo suas diretrizes delineadas em nível gerencial e estratégico. Além disso, conta com uma coordenação geral que assegura a eficiência no planejamento e execução das ações do programa.

GESTÃO FINANCEIRA ESTRUTURADA:

De forma a garantir transparência e eficiência no uso dos recursos, com três formatos de cooperação distintos, o programa adapta-se às necessidades específicas de cada parceiro, assegurando uma gestão financeira adequada e alinhada com os objetivos do programa.

UNINDO FORÇAS:

O Programa Município Carbono Zero se conecta com um propósito comum pelo equilíbrio do sistema climático. Em um momento crucial para a humanidade, no qual desafios como desmatamento ilegal, restauração florestal e transição energética são urgentes, o PMCZero surge como uma resposta coordenada e estratégica para enfrentar os desafios climáticos.

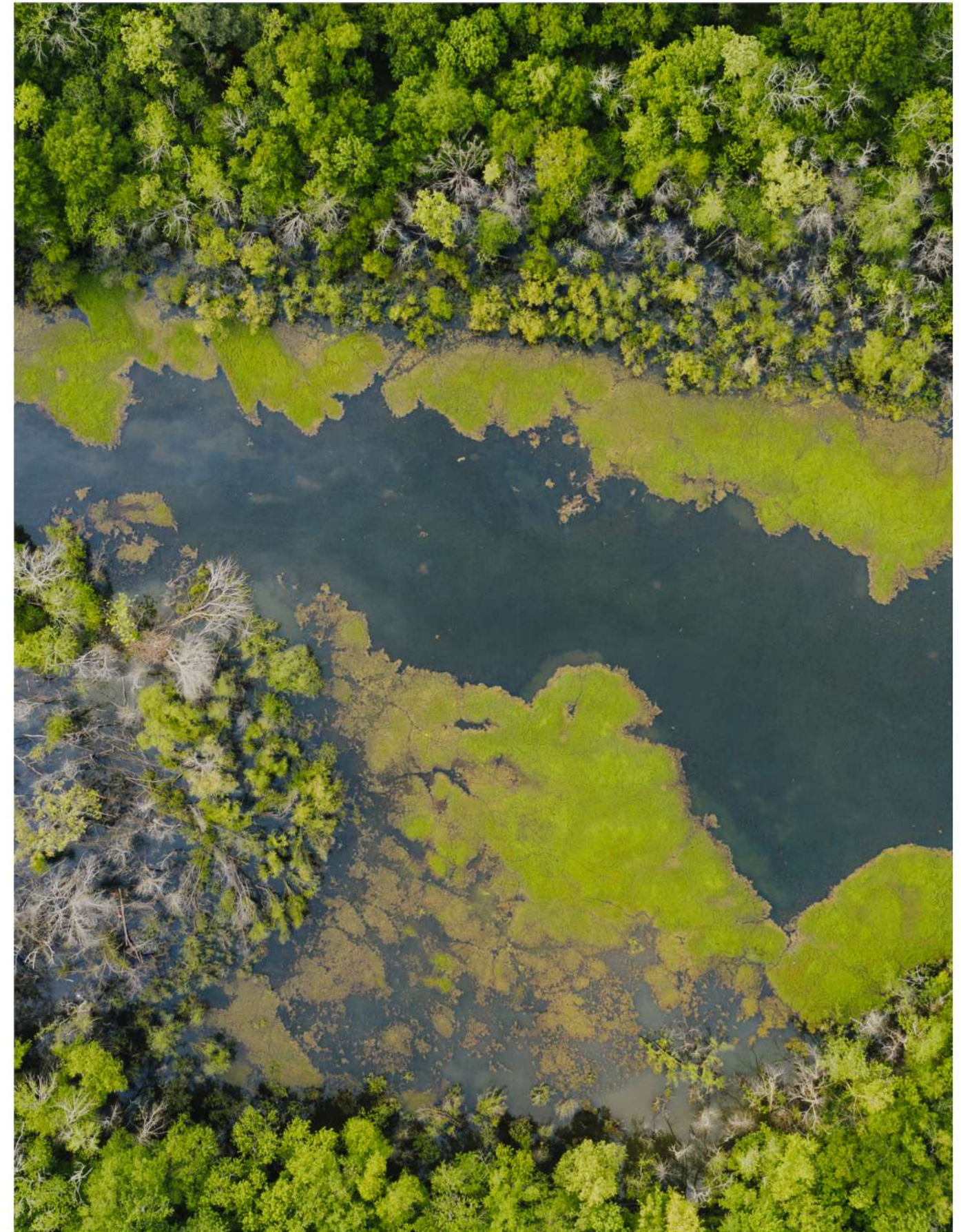
NA VANGUARDA DA MUDANÇA:

Diante das metas ambiciosas delineadas pelo Ministério do Meio Ambiente, como zerar o desmatamento ilegal até 2028 e restaurar milhões de hectares de florestas até 2030, o PMCZero destaca-se como um catalisador fundamental para alcançar esses objetivos e promover uma transição justa e sustentável para o futuro.

Neste momento crucial, precisamos unir esforços e recursos para construir um futuro mais verde, equitativo e resiliente para todos.

O equilíbrio do sistema climático não é apenas um objetivo, mas sim uma missão compartilhada que nos convoca a agir com urgência e determinação.

ACESSE O SITE DO PROGRAMA:



PEABIRU

**CARBONO
ZERO**

10

INVENTÁRIO MUNICIPAL DE ESTOQUE DE CARBONO FLORESTAL

Em um esforço inovador para enfrentar os desafios climáticos, o projeto piloto do **Programa Município Carbono Zero (PMCZero)** desembarcou, em 2021, na exuberante paisagem da Mata Atlântica, mais especificamente no **Município de Peabiru**, com pouco mais de 13 mil habitantes, no estado do Paraná.

Sob a liderança da AiDH, em parceria com o curso do Mestrado em Direito Profissional da Universidade Positivo, o projeto visa um futuro mais sustentável alinhado com a Agenda 2030 e os princípios ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança).

A expectativa era de que Peabiru absorvesse mais carbono da atmosfera do que emitisse gases de efeito estufa. No entanto, ao analisar os dados de emissões de GEE divulgados pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), constatou-se que esse município, que possui uma extensa área rural (99% do seu território), emite mais GEE do que consegue remover.



Diante disso, o trabalho pioneiro teve início com a meticulosa medição in loco do estoque de carbono na cidade, utilizando metodologias avançadas e análises comparativas a nível nacional. A equipe também investigou as emissões de gases de efeito estufa (GEE), examinando de perto as áreas de preservação permanente ao redor das nascentes locais.

Na segunda etapa da pesquisa, iniciou-se a investigação sobre o número de nascentes cadastradas no município, por propriedade, e a quantidade necessária de recuperação de florestas nativas nas áreas de preservação permanente (APP) circundantes. A terceira etapa envolveu a avaliação dos custos para a obtenção de mudas para o plantio e o custo da mão de obra para realizar essa tarefa, estimando-se em cerca de R\$4 milhões o investimento necessário, segundo avaliação da iniciativa privada.

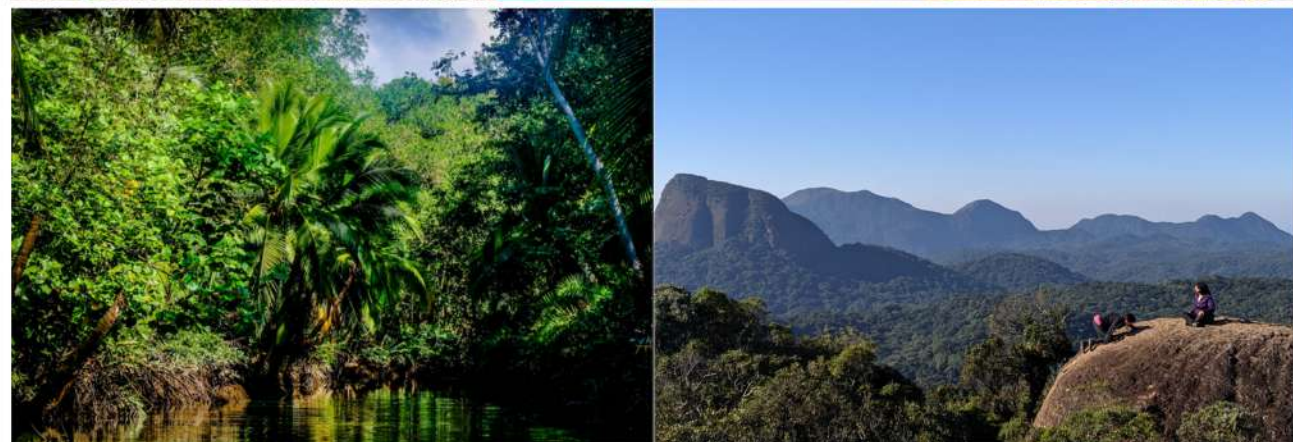
A colaboração multifacetada envolveu não apenas a academia, mas contou também com o apoio do Governo do Estado, por meio do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná (CEDES), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e de outras entidades proeminentes como a Rede Ambiental e de Responsabilidade Social (RARES), da Confederação Nacional de Notários e Registradores (CNR), do Instituto Clima e do Instituto de Direito Público (IDP).

Uma das etapas cruciais foi o mapeamento do estoque de carbono florestal, realizado em estreita cooperação com a RARES. Os resultados impressionantes revelaram um estoque total estimado de quase 3,9 milhões de toneladas de CO₂ equivalente (tCO₂e), destacando o potencial significativo de sequestro de carbono anual pela vegetação.

Diante do desafio em combater o desequilíbrio anual de emissões de carbono, estratégias como reflorestamento em áreas de preservação permanente emergem como soluções viáveis. Assim, o Programa Município Carbono Zero não é apenas um exemplo de liderança ambiental, mas também uma demonstração inspiradora de como a colaboração entre diversos setores pode impulsionar mudanças positivas em direção a um futuro mais sustentável e resiliente.

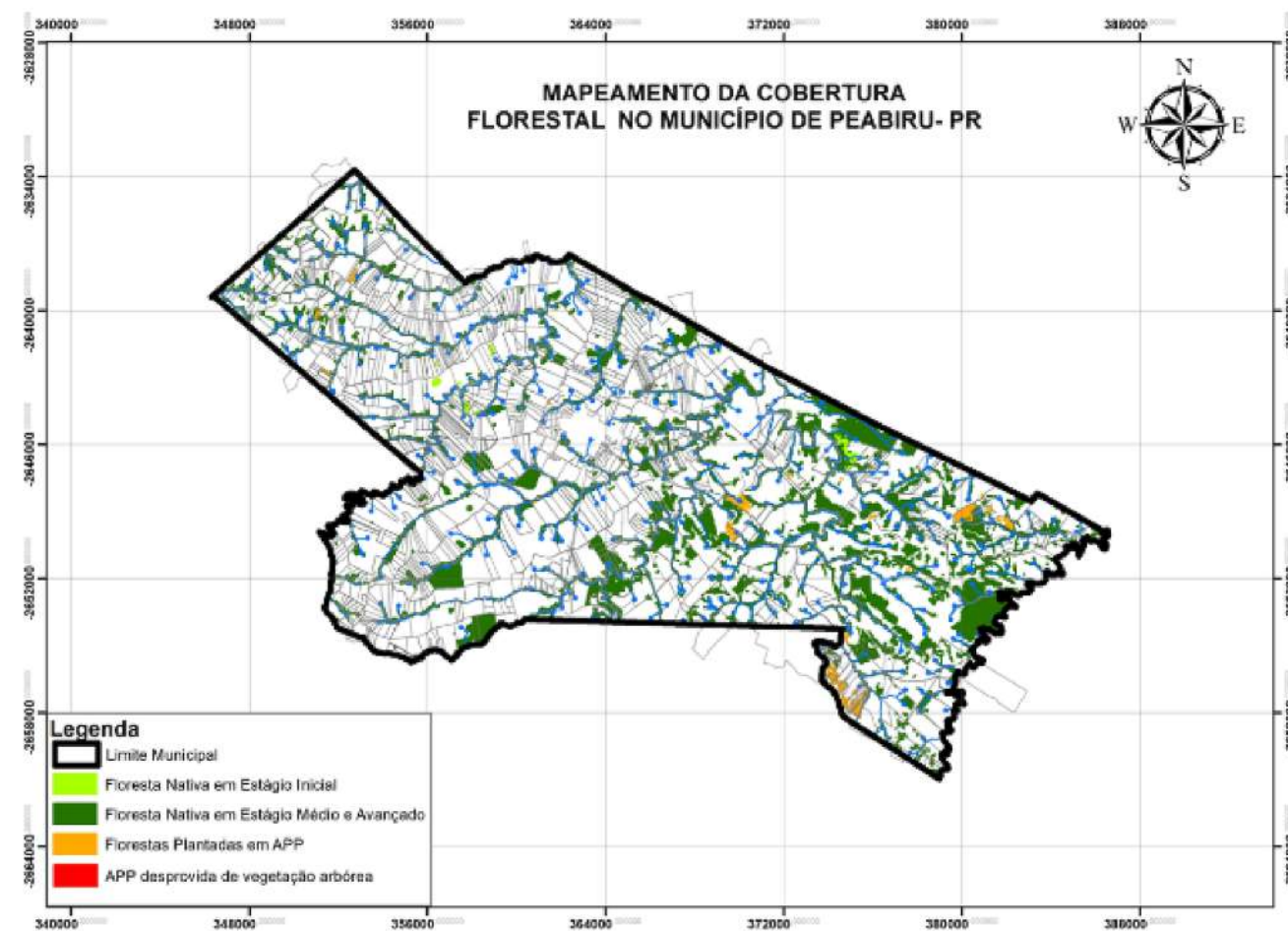
De acordo com a AiDH e o Instituto Clima, com a implementação do PMCZero e o reflorestamento das APP ao redor de nascentes e rios em Peabiru pode ser eficaz, pois apenas o replantio de árvores nessas áreas seria suficiente para equilibrar as emissões e remoções do município em até cinco anos.

Além disso, a análise detalhada dos dados, incluindo o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e as matrículas no Registro Imobiliário, forneceu informações valiosas sobre a distribuição de propriedades rurais, áreas de vegetação nativa e outras métricas importantes para orientar futuras iniciativas de conservação.



As próximas fases do PMCZero, em Peabiru, serão supervisionadas e apoiadas pelas instituições de ensino, gestões municipal e estadual, além de serem comunicadas à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), para que haja amplo compartilhamento de experiências exitosas em prol ao combate das mitigações climáticas e possível replicação em outras localidades, com o objetivo de acelerar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 no Brasil e no mundo.

Principalmente, destacando a proteção dos direitos humanos ao evitar o aumento da temperatura global, visando equilibrar o clima e diminuir os riscos de desastres, especialmente para as comunidades em situação de vulnerabilidade, identificadas por meio do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).





2021 | UNIVERSIDADE POSITIVO E AIDH TRANSFORMAM PEABIRU COM PROJETOS VOLTADOS AO AVANÇO DA AGENDA 2030

Em uma parceria de impacto, unimos forças com a Universidade Positivo para lançar o Projeto Peabiru, com a missão de impulsionar o Desenvolvimento Sustentável no Município de Peabiru, no estado do Paraná. A escolha estratégica de Peabiru foi impulsionada pela notável adoção da Agenda 2030, da ONU, pela cidade, evidenciando um compromisso genuíno com a inovação e o progresso sustentável.

O projeto, realizado em colaboração com alunos de graduação e pós-graduação, tem como foco central os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com especial atenção ao ODS 13, que direciona esforços para combater a mudança climática global. A abordagem adotada envolve não apenas a pesquisa acadêmica, mas também um engajamento profundo com a comunidade local e as autoridades municipais de Peabiru.

Uma síntese dos resultados revela uma série de projetos de extensão com impacto direto na qualidade de vida e no Desenvolvimento Sustentável do município. Os projetos Empreendedor Caminhos de Peabiru e Empreender em Peabiru, buscam catalisar o potencial empreendedor local, enquanto a Pesquisa e Meio Ambiente concentra-se no diagnóstico e na proposição de soluções para a gestão de resíduos urbanos. Além disso, o relatório inclui um capítulo Pesquisa e Sociedade que visa identificar meios de como superar barreiras que limitam o acesso à renda da cidade.

À medida que o Projeto Peabiru avança, o intercâmbio de experiências entre a AiDH, a academia e a comunidade local promete moldar um futuro mais sustentável e próspero para Peabiru, demonstrando o poder transformador da educação e da colaboração em prol do bem comum.



2023 | PLANEJANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: RELATÓRIO PPA 2022-2025 DE PEABIRU, PARANÁ



RELACIONAMENTO DO Plano Plurianual PPA 2022-2025 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS PEABIRU - PR

CRISTINA VIOMAR
Mestranda em Direito Profissional
Universidade Positivo

APOIADORES:
clima AIDH Universidade POSITIVO



ACESSE O RELATÓRIO NA ÍNTEGRA:

Em uma colaboração pioneira entre a renomada Universidade Positivo e o Instituto Clima, juntamente com o Município de Peabiru, a AiDH lança um documento inovador: **Relacionamento do PPA 2022-2025 aos ODS**. Este relatório visa analisar meticulosamente a aderência do Plano Plurianual Municipal aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

O objetivo principal deste estudo transcende a mera avaliação. Ele aspira a servir como um **farol para os gestores municipais, guiando-os na tomada de decisões fundamentadas em evidências sólidas**. Ao verificar a convergência do planejamento das políticas públicas com as metas dos ODS, o relatório visa impulsionar um progresso significativo em direção a um futuro mais sustentável e inclusivo para Peabiru e suas comunidades.

Não apenas se limitando ao nível local, com o apoio do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná (CEDES), este relatório ecoa em esferas mais amplas, contribuindo para as recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) feitas ao Paraná, no Programa "Uma Abordagem Territorial aos ODS". Esta iniciativa visa acelerar a implementação dos ODS em nível municipal e estadual, demonstrando um compromisso coletivo com a transformação positiva.

Peabiru, com sua integração no seleto grupo de municípios piloto da OCDE, tem demonstrado um compromisso legítimo com a inovação e o avanço progressivo. Este relatório, fruto de uma pesquisa conduzida por acadêmica do mestrado em Direito, Tecnologia e Desenvolvimento, da Universidade Positivo, em Curitiba, representa um marco crucial na jornada rumo a um futuro mais sustentável e próspero para Peabiru e região.

IMPORTÂNCIA DO RELACIONAMENTO DO PPA 2022-2025 AOS ODS



AS 124 AÇÕES IMPACTARAM DIRETA E INDIETAMENTE 333 VEZES OS ODS



2023 | LEI MUNICIPAL: PEABIRU NA VANGUARDA DA LUTA PELO EQUILÍBRIO CLIMÁTICO

Iniciativa da renomada jurista Dra. Maria Tereza Uille Gomes, em parceria com instituições locais e Observatório Nacional, estabelece política ambiciosa para redução de gases de efeito estufa e Desenvolvimento Sustentável.

Em um esforço conjunto, uma legislação pioneira foi promulgada, em 2023, no Município de Peabiru, no estado do Paraná, estabelecendo uma abordagem inovadora para enfrentar os desafios climáticos. A **Lei Municipal nº 1.609/2023**, fruto de colaborações entre diversas entidades, **representa um marco significativo na luta contra as mudanças climáticas e na promoção do Desenvolvimento Sustentável.**

A iniciativa para a criação dessa lei teve origem nas experiências da Dra. Maria Tereza Uille Gomes durante seu mandato como Conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da AiDH, em conjunto com o Observatório Nacional de Questões de Alta Complexidade e Repercussão Social, Econômica e Ambiental. Além disso, contou com a participação do Município de Peabiru, do Instituto Clima, da Universidade Positivo e de outras instituições locais.

Essa legislação surge em resposta às ações do Programa Município Carbono Zero, inspirado em um projeto piloto iniciado em Peabiru no ano de 2021. **O objetivo é integrar políticas ambientais locais com a Agenda 2030, concentrando esforços na redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE).**



A Lei estabelece o Conselho Municipal de Equilíbrio do Sistema Climático e o Fundo Municipal, com composição governamental e não governamental. Além disso, prevê a criação do Laboratório de Inovação do Clima, que trabalhará em conjunto com o Laboratório de Inovação do Programa Carbono Zero, desenvolvendo planos de ação para acelerar a redução das emissões em diversos setores, como água, energia, transporte, agropecuária e resíduos.

Esta legislação não apenas reforça os **compromissos assumidos pelo Brasil em acordos internacionais sobre mudanças climáticas**, mas também **promove a igualdade e a inclusão social**, ao considerar os diferentes contextos socioeconômicos e distribuir os bônus e encargos de forma equitativa. Além disso, busca erradicar a extrema pobreza e reduzir as desigualdades, garantindo benefícios para toda a comunidade.



Com a promulgação da Lei intitulada **Política Municipal sobre Equilíbrio do Sistema Climático (PMESC)**, Peabiru estabelece uma meta ambiciosa de **zerar suas emissões líquidas até 2030**, assumindo um compromisso inegável com o Desenvolvimento Sustentável e responsável. Essa legislação exemplar pode servir de modelo para outros municípios, contribuindo para uma abordagem mais eficaz na luta contra as mudanças climáticas e na promoção do bem-estar das comunidades locais.

2022 | LEI ORDINÁRIA 21.208/2022 DECLARA OS CAMINHOS DE PEABIRU COMO ROTA TURÍSTICA NO ESTADO DO PARANÁ

Os "Caminhos de Peabiru" referem-se a uma rede histórica de rotas terrestres que remontam a tempos pré-colombianos na América do Sul, especificamente na região que hoje compreende o Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia. O nome "Peabiru" tem origem indígena e significa "caminho da erva" ou "caminho do gramado".

Essas rotas eram utilizadas pelos povos indígenas antes da chegada dos colonizadores europeus. Elas ligavam diferentes regiões, desde os Andes até o litoral atlântico, passando por áreas de grande importância cultural e econômica para os povos pré-colombianos.

Hoje, os Caminhos de Peabiru são objeto de estudo e interesse histórico, arqueológico e turístico. Muitas vezes, são explorados como rotas turísticas ou trilhas de caminhada, oferecendo aos visitantes a oportunidade de mergulhar na história e na cultura pré-colombianas da região. Além disso, há esforços de **preservação desses caminhos como patrimônio cultural e histórico em vários países da América do Sul.**



A Lei nº 21.208, de 23 de agosto de 2022, declara os "Caminhos de Peabiru" como Rota Turística no Estado do Paraná, estabelecendo objetivos e diretrizes para o aproveitamento dos atrativos ambientais, históricos, culturais e turísticos ao longo dessa rota.

Os Caminhos de Peabiru são definidos como percursos demarcados que se destacam pelos atrativos turísticos, visando aproximar os visitantes ao ambiente natural e oferecer entretenimento e educação através de sinalizações e recursos interpretativos.

A lei tem como objetivos proteger os Caminhos de Peabiru como patrimônio histórico, promover a educação ambiental e patrimonial, incentivar o turismo sustentável e ampliar a oferta turística na região. Também estabelece diretrizes para utilização da Rota Turística, incluindo priorização de atividades de recreação, elaboração de planos de desenvolvimento integrado do turismo sustentável, e esforços do poder executivo para promover os Caminhos de Peabiru como polo turístico.



ACESSE A LEI Nº 21.208/2022:



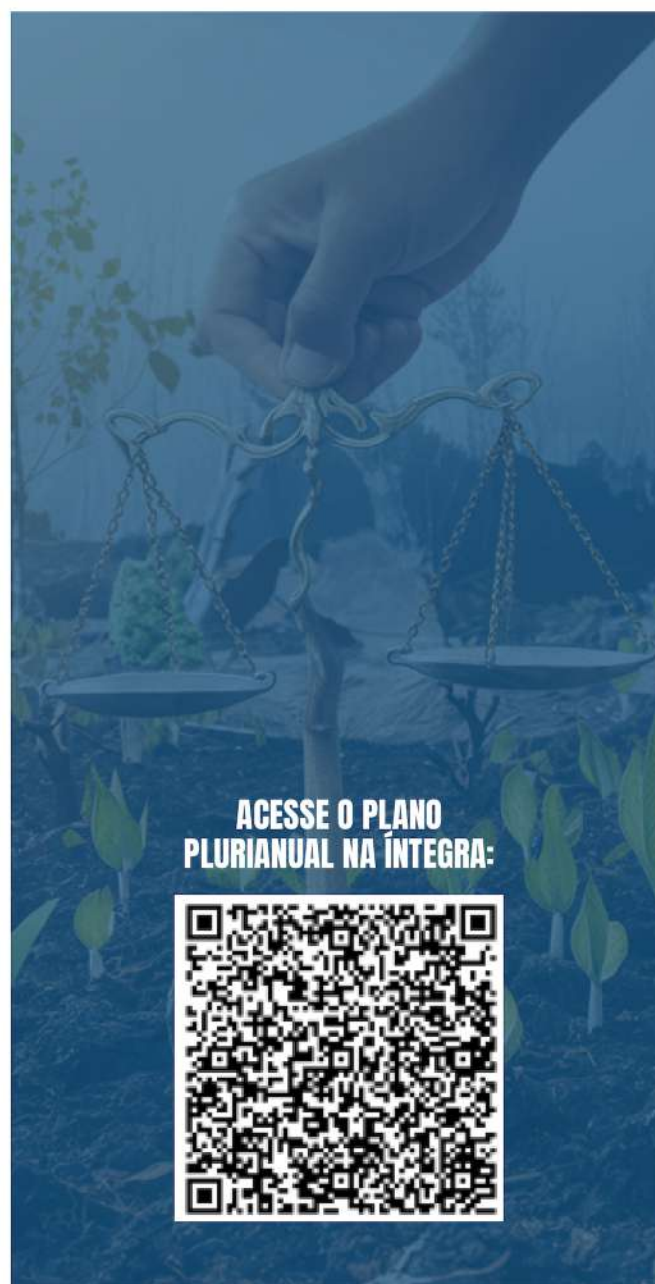
ACESSE O SITE DOS CAMINHOS DO PEABIRU:



2023 | AIDH E PARCEIROS PROPÕEM PROGRAMA INOVADOR PARA MITIGAR MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO PARANÁ

Em uma colaboração exemplar entre a AiDH, o Instituto Clima e a Secretaria de Estado de Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL), uma emenda pioneira ao Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 foi proposta junto ao gabinete do Deputado Estadual Evandro Araújo. Esta emenda ganhou destaque na agenda política estadual e, agora aprovada, lança as bases para um programa abrangente destinado a auxiliar os municípios paranaenses na luta contra as mudanças climáticas.

O cerne dessa iniciativa é a criação de um programa específico voltado para a mitigação das mudanças climáticas, com foco na redução ou remoção das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Além disso, o programa busca fornecer incentivos para a elaboração e execução de projetos que abordem diversas áreas, como planejamento de políticas públicas, regulamentações, governança, gestão municipal, educação e conscientização ambiental. O objetivo é promover o equilíbrio do sistema climático e criar um futuro mais sustentável para o estado do Paraná.



A AiDH e seus parceiros reafirmam seu compromisso com a construção de soluções inovadoras para os desafios ambientais e sociais, e esperam que o Programa Município Carbono Zero possa servir de inspiração ao Paraná e outras regiões para a criação de iniciativas frutíferas em todo o mundo.

A proposta, intitulada "**Plano de Carbono Zero do Estado do Paraná**", foi oficialmente incorporada ao **PPA 2024-2027 - PACTO PELO FUTURO**, mais precisamente na página 299 do documento. Esta conquista representa um marco significativo na luta contra as mudanças climáticas e demonstra o poder da colaboração e da articulação de parcerias na promoção de um mundo melhor e mais sustentável.



AIDH EM MOVIMENTO

PROJETOS EM ANDAMENTO | 2024

A **AiDH** está sempre em movimento com uma série de iniciativas em Peabiru, no Paraná, com o objetivo de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento regional.

Os projetos de integração de árvores na pecuária e reflorestamento em parceria com produtores locais são outras frentes importantes, visando promover a resiliência agrícola e restaurar ecossistemas. Essas iniciativas representam um compromisso contínuo com o Desenvolvimento Sustentável, demonstrando uma visão de longo prazo para um futuro mais verde e resiliente na região de Peabiru, com prospecção de expansão para os demais municípios do Brasil.



No Caminho do Zero Aterro: Central de triagem e sustentabilidade

Peabiru está avançando na criação de uma Central de Triagem de Resíduos Sólidos, fundamental para o processo de reciclagem ao separar materiais reutilizáveis dos resíduos coletados, reduzindo a quantidade destinada a aterros sanitários. Além de promover a sustentabilidade, a central gera renda para famílias em vulnerabilidade. O município, com o apoio a AiDH, participará de chamadas para financiamento de projetos, visando alcançar o status de "ZERO ATERRO" e demonstrando seu compromisso com a gestão eficiente de resíduos.



Peabiru Mais Verde: Recuperação de áreas em torno de nascentes

Liderado pelo município, AiDH e Instituto Clima, em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB) e outros órgãos, o projeto visa restaurar as nascentes desprovidas de vegetação nativa, com foco em espécies arbóreas raras ou ameaçadas de extinção.

Serão necessárias aproximadamente 62 mil mudas para essa iniciativa, que também busca envolver ativamente a comunidade local, promovendo o desenvolvimento econômico regional. Além disso, o projeto está elaborando um plano de ação para o registro público das nascentes, alinhando-se aos ODS.



Rumo à Energia Limpa: Peabiru investirá em placas solares para prédios público

Peabiru está dando passos significativos rumo à sustentabilidade energética com o projeto de instalação de placas fotovoltaicas para gerar energia elétrica para o abastecimento dos prédios públicos, iniciando pelas escolas municipais.

A iniciativa visa estabelecer parcerias com empresas especializadas na produção e venda de sistemas fotovoltaicos, para a instalação de painéis solares, tanto de forma individual nos prédios públicos, quanto centralizadamente em uma Fazenda Fotovoltaica.

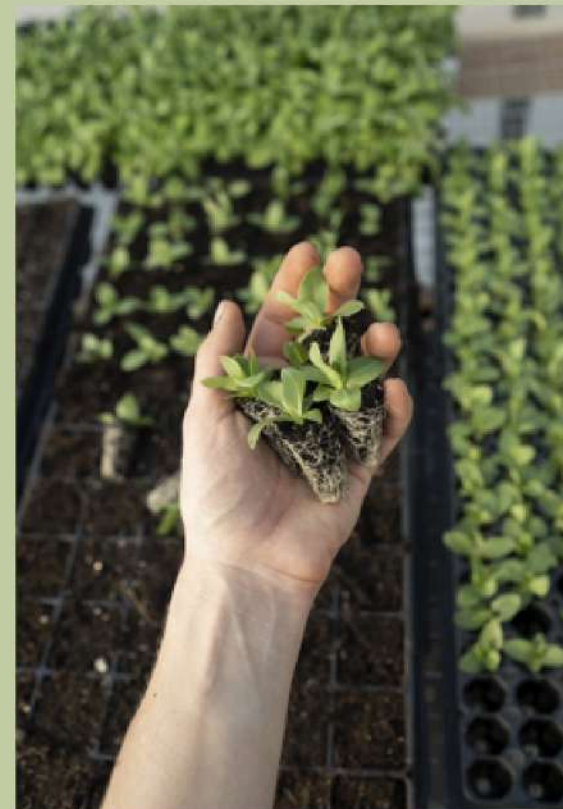




Promovendo a Sustentabilidade: Campanha em Peabiru incentiva troca de gasolina por etanol

Um projeto de conscientização em Peabiru, promoverá práticas sustentáveis entre os moradores, com foco na substituição da gasolina pelo etanol nos postos de combustíveis da cidade.

A campanha oferecerá incentivos, como garrafas de água mineral, a cada litro de etanol comprado, visando não apenas promover uma fonte de energia mais limpa, mas também conscientizar sobre a importância da sustentabilidade ambiental.



Promovendo o Reflorestamento Sustentável em Peabiru: Parcerias para o futuro verde

Um projeto que busca aumentar o sequestro de carbono por meio do plantio de árvores nativas da Mata Atlântica.

Além de reduzir as emissões de CO₂, a iniciativa visa restaurar as funções ecológicas vitais, como a regulação do ciclo da água e a estabilização do solo.

Parcerias estratégicas entre a AiDH, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB) e produtores rurais estão sendo essenciais para concretizar essa iniciativa, que reflete mais um compromisso com a preservação ambiental e a sustentabilidade.



Incentivando a Descarbonização: Peabiru quer reconhecer indústrias sustentáveis

Peabiru está buscando reduzir as emissões de carbono e promover práticas industriais mais limpas e eficientes em termos de energia.

Este projeto visa identificar as indústrias locais e avaliar seu impacto nas emissões de gases de efeito estufa.

A proposta inclui a criação de um selo que reconheça e premie as indústrias que adotam práticas sustentáveis e responsáveis.



Abordagens Naturais para o Tratamento de Efluentes: Rumo à revolução ambiental

Peabiru está adotando soluções para enfrentar desafios ambientais, sociais e econômicos, buscando inspiração nos padrões naturais para resolver problemas como a poluição hídrica e o tratamento de efluentes domésticos.

Um exemplo é a adoção de sistemas biológicos para o tratamento de esgotos, que aproveitam a microbiota presente no leito para degradar a matéria orgânica, oferecendo uma abordagem eficaz e sustentável para o tratamento de resíduos.

O projeto pretende tratar 100% dos efluentes domésticos na área urbana da cidade.





Fomentando a Resiliência Agrícola: Integração de árvores na pecuária

O projeto propõe o plantio de árvores em pastagens consorciadas com a pecuária como uma estratégia chave para enfrentar os desafios da mudança climática na agricultura.

Essa prática não só contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa e a captura de carbono, mas também beneficia o solo, promove a biodiversidade e aumenta a produtividade das pastagens e do gado.

A iniciativa busca estabelecer parcerias com pecuaristas locais e está alinhada com o Plano de Ação Estadual de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC+).



No Caminho do Zero Aterro: Central de triagem e sustentabilidade

Peabiru adota abordagem inovadora para lidar com Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), transformando a parcela orgânica em adubo de alta qualidade.

O projeto aproveitará resíduos orgânicos por meio de compostagem ou mistura com outros substratos, gerando adubo para áreas verdes da cidade ou doação para hortas comunitárias.

Além de reduzir resíduos em aterros sanitários, a iniciativa promove segurança alimentar, agricultura urbana sustentável e geração de receita local.



A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA MUNICÍPIO CARBONO ZERO

O mais recente **Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), conhecido como AR6**, destaca que o aumento de 1,1°C na temperatura média global desencadeou mudanças climáticas sem precedentes na história recente da Terra. Alguns desses impactos são tão severos que já não podem mais ser adequadamente adaptados, resultando em perdas e danos irreversíveis.

Além disso, entre 3,3 a 3,6 bilhões de pessoas vivem em países altamente vulneráveis às crises climáticas, com impactos que afetam principalmente famílias vulneráveis. Estima-se que um aumento de 1,5°C na temperatura resultará em um aumento significativo no número de populações afetadas por inundações em vários países da América do Sul.

No Brasil, os efeitos da crise climática já afetam a segurança hídrica, saúde, segurança alimentar e ecossistemas, incluindo a degradação dos recifes de corais e a elevação do nível do mar, resultando em danos irreversíveis à vida devido a eventos extremos como inundações, deslizamentos de terra e erosão costeira.

É crucial destacar que as mudanças climáticas e os esforços de adaptação e mitigação têm o potencial de agravar a desigualdade socioeconômica se não forem garantidas transições justas. Portanto, o princípio da equidade deve ser incorporado em todas as iniciativas para evitar disparidades crescentes.

O relatório do IPCC enfatiza a necessidade de transformações rápidas para garantir um futuro resiliente, incluindo a busca por emissões líquidas zero de gases de efeito estufa. Além do aumento do financiamento para ações de mitigação climática, a remoção de carbono desempenha um papel crucial para limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C.

Por fim, é urgente a implementação de ações estratégicas e colaborativas focadas em adaptação resiliente ao clima, como o **Programa Município Carbono Zero, que visa desenvolver projetos para equilibrar o sistema climático, promover o Desenvolvimento Sustentável e preservar ecossistemas e vidas.**

Equipe Editorial
Revista AiDH em Foco

